ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Anais

VII Encontro Anual da FINEDUCA (2019)

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

CAPES

ISSN: 2595-136X

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

RESUMOS

A Lógica do Mercado na Rede Pública Municipal de Manaus/AM

Selma Suely Baçal de Oliveira
Rudervania da Silva Lima Aranha
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus/AM – Brasil

As Relações Público-Privadas no Financiamento de Políticas Públicas Educacionais no Estado do Pará

Cassio Vale da Costa
Maria do Socorro Vasconcelos Pereira
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Luziane Said Cometti Lélis
Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), Belém/PA – Brasil

Minas Gerais e seu Novo Modus Operandi: Programa Transforma Minas

Liege Coutinho Goulart Dornellas
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES – Brasil

O Acesso à Educação Básica no Estado do Pará: a dinâmica das matrículas no contexto do Fundeb

Marielson Rodrigues Guimarães
Rosana Maria Gemaque Rolim
Karyta Karina Pereira de Chagas
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

O Financiamento do Projeto Escola de Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino do Pará: estratégia de privatização

Nilene Fernandes Soares
Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), Ananindeua/PA – Brasil

O Público e o Privado: a educação brasileira nos meandros do projeto neoliberal

Evanilde Silva da Costa
Natasha Souza Cardoso
Lennon Martins Pereira
Maria Edilene S. Ribeiro
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Os Percalços nos Caminhos da Pesquisa em Financiamento da Educação Especial

Marcia Maurilio Souza
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

Parceria Público-Privada com o Instituto Natura na Formação Continuada dos Professores no Estado do Pará: análise do projeto Trilhas em Belém

Mary Jose Almeida Pereira
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

A Lógica do Mercado na Rede Pública Municipal de Manaus/AM

Selma Suely Baçal de Oliveira

Rudervania da Silva Lima Aranha

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus/AM – Brasil

Resumo

Este artigo é decorrente de resultados obtidos com a conclusão da Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas que objetivou analisar a lógica do mercado na rede de ensino no munícipio de Manaus/AM. O estudo questiona as implicações desse processo para a educação nesse município. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, a partir de uma revisão de literatura, levantamento e análise de documentos primários, no período de 2013 a 2017. Os resultados apontam que existe um inegável movimento em prol de viabilizar a expansão de instituições privadas no setor educacional que encontram novos *nichos* de exploração econômica, e permitem a apropriação privada do bem público, sem, contudo gerar efetivamente a melhoria da rede escolar pública. A aceitação dessa lógica promove mudanças nas concepções de escola pública, com a incorporação de instituições privadas na rede municipal de ensino.

Palavras-chave: **Educação Pública. Mercado Educacional. Setor Privado.**

The Market Logic in Manaus/AM Municipal Public Network

Abstract

This article is a result of the results obtained with the conclusion of the Dissertation defended by the Graduate Program in Education of the Federal University of Amazonas, which aimed to analyze the market logic in the teaching network in the city of Manaus / AM. The study questions the implications of this process for education in this municipality. This is a qualitative research, based on a review of literature, survey and analysis of primary documents, from 2013 to 2017. The results indicate that there is an undeniable movement in favor of enabling the expansion of private institutions in the educational sector that find new niches of economic exploration, and allow the private appropriation of the public good, without, however, effectively generating the improvement of the public school network. The acceptance of this logic promotes changes in conceptions of public school, with the incorporation of private institutions in the municipal school network.

Keywords: **Public Education. Educational Market. Private Sector.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

As Relações Público-Privadas no Financiamento de Políticas Públicas Educacionais no Estado do Pará

Cassio Vale da Costa

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Luziane Said Cometti Lélis

Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), Belém/PA – Brasil

Resumo

O texto tem por objetivo analisar as relações público-privadas no financiamento da política educacional paraense, em especial, no “Pacto pela Educação do Pará”. Num primeiro momento foi apresentado como as parcerias público-privadas se intensificaram na educação brasileira após a reforma do Estado nos anos 1990 e em seguida destaca-se o caso específico do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como ente privado na política educacional paraense. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental foi possível identificar que a partir do empréstimo do governo paraense junto ao BID ocorre uma subordinação do público ao privado porque tal empréstimo provavelmente será pago com juros, aumentando assim a dívida pública e deixando o estado paraense sob o domínio das propostas metodológicas estipuladas pelo Banco que aumenta sua hegemonia em âmbito internacional.

Palavras-chave: **Público e privado na educação. Financiamento. BID.**

Public-Private Relations in the Financing of Public Educational Policies in the State of Pará

Abstract

The purpose of the text is to analyze public-private relations in the financing of Parana educational policy, especially in the "Pact for Education in Pará". At first, it was presented how the public-private partnerships intensified in Brazilian education after the state reform in the 1990s, and then the specific case of the financing of the Inter-American Development Bank (IDB) as a private entity in Paraense educational policy. Through a bibliographical and documentary research it was possible to identify that from the loan from the Pará government to the IDB a subordination of the public to the private one occurs because such a loan will probably be paid with interest, thus increasing the public debt and leaving the Para state under the domain of the methodological proposals stipulated by the Bank that increases its hegemony at the international level.

Keywords: **Public and private education. Financing. BID.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

Minas Gerais e seu Novo *Modus Operandi*: Programa Transforma Minas

Liege Coutinho Goulart Dornellas

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES – Brasil

Introdução

Em tempos de Governança a presença de atores privados nas políticas públicas tornou-se objeto de diversas pesquisas (ADRIÃO, 2018; ARAÚJO; PINTO, 2017; COSTOLA; BORGHI, 2018, entre outros). Dale (2004) sobre globalização, afirma existir uma Agenda Globalmente estruturante responsável pela disseminação de ideias no campo político-econômico global, atingindo também o setor educacional. O postulado da parceria tão falado desde o senso comum até as pesquisas acadêmicas tornou-se a estratégia do século para incluir os atores privados nas políticas públicas, adotadas como nova estratégia do capital (MESQUITA, CARNEIRO, AFONSO, 2015). A presença de atores privados na formulação e execução de políticas públicas em Minas Gerais no século XXI tornou-se *lócus* de estudo de doutoramento. O referido estado foi o precursor jurídico da norma legal de Parceria Público-Privado (PPP) no país, através da Lei 14.868 de 16 de dezembro de 2003. Além do marco legal, outras parcerias foram construídas desde então, apesar da alternância de governos e de partidos políticos. Neste trabalho, destacamos um programa- Transforma Minas, em execução, realizado na administração pública para "recrutamento" de profissionais para atuação na gestão estadual, podendo os mesmos serem da iniciativa privada ou pertencente ao quadro de pessoal do Estado. Nosso objetivo nesse trabalho é apontar a presença de novos atores na gestão pública mineira, bem como o direcionamento das ações desde a formulação e execução do programa. Apresentamos como problema a ser estudado o novo *modus operandi* do Estado de Minas Gerais na área de Recursos Humanos na Administração Pública mineira (DALE, 1996).

Metodologia

Nosso trabalho foi construído a partir de análise documental extraída a partir do sítio eletrônico do Estado de Minas Gerais, na página do programa Transforma Minas e de notícias veiculadas na mídia. Utilizamos como aporte teórico Dale (1994, 2006,) para compreendermos a relação do Estado, atores privados e as políticas públicas.

Resultados e Discussões

O programa Transforma Minas- Programa de Gestão de Pessoas por mérito e Competência foi apresentada em março de 2019 pelo poder executivo mineiro e refere-se a seleção para diversos cargos. O estado está sob o comando de um governador, oriundo da iniciativa privada, Romeu Zema, do partido Novo, o qual foi vencedor das eleições do ano de 2018. Em seu programa de governo, foi apresentada soluções empresariais para os problemas da educação púbica, apresentando uma agenda amparada em um modelo de

governança e de atuação de atores privados, como por exemplo a realização de PPP para solucionar questões de infraestrutura de escolas; entre outras soluções. **"**O Transforma Minas é a aplicação prática de um compromisso do atual governo de Minas Gerais em promover profundas transformações na área de Recursos Humano no setor público do estado" (MINAS GERAIS, 2019, s/p.). O programa foi articulado a partir de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a organização Aliança e o Estado de Minas, classificado pelo executivo com uma parceria estratégica. Há outro parceiro responsável pela preparação e operação de algumas etapas da pré-seleção, o Vetor Brasil. Interessa-nos destacar que a organização Aliança é formado por quatro outras organizações do terceiro setor, já conhecida de outros pesquisadores nacionais: Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto República. De acordo com o Aliança a organização busca firmar "parcerias" com outros estados, no que tange a projetos de gestão pública, ponto interessante para outros estudos.

Destacamos que até o presente momento estão em andamento editais para diferentes secretarias de Estado: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Saúde-(SES), Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), Fazenda (SEF) e Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Conclusões

Sendo que nosso trabalho encontrar-se em andamento (histórico, inclusive) é possível sinalizar alguns pontos para reflexão sobre a presença dos atores privados na administração pública mineira: a) se as ações dos atores privados estavam restritas às de parceria na formulação e execução, a partir do último pleito eleitoral passa a atuar na "cocriação" de ações políticas; b) o foco nesta fase do Programa Transforma Minas encontra-se: na atração, seleção, desenvolvimento e engajamento de profissionais para a gestão pública mineira e c) tudo leva crer que a agenda política com caráter privatista será privilegiada, uma vez que o direcionamento do fundo público é interesse de múltiplos atores. Nas páginas eletrônicas do governo de Minas é possível encontrar a difusão da ideia de que o programa é apontado como inovador no Brasil e inspirado em ações de outros países, corroborando com Dale (2004) na teoria de uma agenda global.

Dale (1994), em tempos de globalização, afirmou que o Estado estava entrando num período de diferenciado *modus operandi*, no qual houve mudança na combinação de financiamento, fornecimento e avaliação. A partir de nossas pesquisas, podemos inferir que Minas Gerais apresenta um novo *modus operandi*, uma vez que a mudança ocorrerá na gênese da política pública, a partir de gestores selecionados por mérito e competência, podendo este ser público ou privado (em linhas gerais).

Este trabalho é relevante, pois poderá fomentar novas formas de pensar a governança em Minas e no Brasil, para além de focalizarmos (como recorrente) nos efeitos das políticas públicas em educação, passando a dar ênfase à gênese da política, bem como a escolha da agenda institucional e nos atores envolvidos em sua indicação e formulação da mesma.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan/abr.2018

ARAÚJO, L.; PINTO, J. M. (org). **Público X privado** em tempos de Golpe. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: Análise do Movimento Todos pela Base Nacional Comum. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n.esp. 3, p. 1313-1324.dez, 2018

MESQUITA, M. C. D.; CARNEIRO, M. E. F.; AFONSO, L. H. R. Parceria público-privado: uma nova estratégia do capital. 3º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação-FINEDUCA, 2015.p. 1562

DALE, ROGER. Globalização e reavaliação da governação educacional. Um caso de ectopia sociológica. In: TEODORO, A; TORRES, C. A (org.). EDUCAÇÃO CRÍTICA & UTOPIA. Perspectivas para o século XXI. 2006.p. 60-80

_____. Globalização e educação: demonstrando a existência de um "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol.25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.2004

_____. A promoção do mercado Educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, n. 2, p. 109-139.1994

MINAS GERAIS. Sobre o projeto. Disponível em https://www.mg.gov.br/transforma-minas. Acesso em: 08 de março de 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 14.868 de 16 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. Belo Horizonte. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=14868&ano=2003&tipo=LEI&aba=js_textoOriginal. Acesso em 10 de jun. 2019.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

O Acesso à Educação Básica no Estado do Pará: a dinâmica das matrículas no contexto do Fundeb

Marielson Rodrigues Guimarães
Rosana Maria Gemaque Rolim
Karyta Karina Pereira de Chagas
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Introdução

A partir de 1996 o Brasil passou a adotar a política de fundos como condutor do financiamento da educação. Em um primeiro momento nos contornos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1996 a 2006 e, em seguida nas delimitações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da educação (Fundeb), instituído no final de 2006, com vigência até 2020.

O Fundeb se configura como um fundo de natureza contábil em âmbito estadual, em que receitas do Fundo são distribuídas pelo número de matrículas com valores de ponderação referentes às etapas, modalidades e tipos de escola da Educação Básica, produzindo o efeito redistributivo interestadual com o qual o VAA passa a ser o mesmo em todas as redes (municipais e estadual) das Unidades da Federação, ou seja, são 27 Fundebs, com 27 VAA diferentes. Sobre esse aspecto, Gemaque (2011) destaca que o Fundef e o Fundeb, caracterizam-se em fundos de gestão, tendo como primeira ação a centralização dos recursos e distribuindo-os em consonância ao número de matrículas. Desse modo, não gera novos recursos e sim proporciona o gerenciamento, viabilizando certo equilíbrio entre receitas disponíveis e demandas de matrícula na Educação Básica.

Na mesma linha, Peres, et al (2015) ao analisar os efeitos redistributivos interestadual do Fundeb afirma que,

> Do ponto de vista da *equidade* e da garantia de *padrão de qualidade* do ensino, tanto o Fundef quanto o Fundeb representaram avanços no sistema de financiamento da educação básica, sobretudo pela garantia de um mesmo valor anual mínimo de gastos por aluno em cada Unidade da Federação (UF). Assim, considera-se que a introdução da lógica de redistribuição dos recursos por aluno matriculado, de maneira independente da capacidade financeira individual do ente em que ele esteja sendo atendido, foi um avanço importante no sistema de financiamento da educação básica, conquistado pelo Fundef e aprimorado e potencializado pelo Fundeb [...] (PERES et al., 2015, p. 10).

Nessa perspectiva, o efeito redistributivo intraestadual do Fundeb viabiliza uma movimentação de recursos no interior das unidades da federação, em que o valor recebido do fundo varia conforme o número de alunos em sua rede, haja vista que o VAA é o igual para todas as redes (municipais e estadual) da mesma unidade da Federação, independentemente da capacidade de financiamento da educação de cada rede (PERES et al., 2015).

Por outro lado, o efeito supletivo do Fundeb é destacado por Oliveira, Rodrigues e Souza (2015) como um fator responsável pela redução das desigualdades interestaduais entre os 27 VAAs, pois a Complementação da União é repassada aos Fundos estaduais que não atingiram VAA mínimo Nacional. Contudo, esses autores reconhecem os limites do Fundeb ao destacarem que as disparidades entre os menores e maiores VAAs não foram eliminadas, mesmo com a complementação da União.

Assim sendo, e ao considerar que se aproxima o final da vigência do Fundeb, persiste a necessidade de estudos que avaliem os impactos da política de Fundos para a educação como um todo, visando indicar melhorias no que tange à garantia do direito à educação de qualidade a todos os brasileiros.

Nessa direção, o presente trabalho realiza uma análise da política educacional a partir do seguinte questionamento: Quais as tendências de crescimento ou decréscimo das matrículas na Educação Básica nas redes públicas e privada no estado do Pará no contexto do Fundeb?

O objetivo geral do trabalho é analisar a evolução do número de matrículas no período de 2011 e 2017, buscando evidenciar tendências no que tange ao acesso na Educação Básica evidência nos índices de crescimento ou retração das matrículas nas redes públicas e na rede privada no estado do Pará no contexto do Fundeb. De modo específico, objetiva-se: (i) Quantificar o número de matrículas na Educação Básica no Estado do Pará por dependência administrativa, localidade, etapas e modalidade de 2011 e 2017 e; (ii) analisar a evolução do número de matrículas no contexto do FUNDEB, no sentido de evidenciar as tendências observadas quanto aos percentuais de acréscimo e decréscimo no número de matrículas em relação ao tipo de dependência administrativa, localização, etapas e modalidades da Educação Básica.

Metodologia

Analisa-se dados quantitativos das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, publicadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especificamente no que tange à evolução do número de matrículas na Educação Básica no Estado do Pará, por dependência administrativa, localidade, etapas e modalidades, no período compreendido entre 2011 e 2017.

Resultados e Discussão

Os dados referentes ao número de matrículas na Educação Básica conforme dispostos na Tabela 01 possibilitam a análise da distribuição das matrículas entre as redes públicas e a rede privada de ensino, por área, no decorre da série histórica.

Tabela 01 – Variação do número de matrículas na Educação Básica no Estado do Pará, por dependência administrativa e localidade no período 2011 – 2017

Dependência/ Localidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ% 2011-2017
Federal (B)	11.223	11.307	9.395	8.955	11.005	11.302	12.049	**7,36**
Urbano	10.939	10.895	9.292	8.638	10.710	10.979	11.776	**7,65**
Rural	284	412	103	317	295	323	273	**-3,87**
Estadual (C)	681.405	663.766	644.322	632.309	621.106	611.508	589.280	**-13,52**
Urbano	604.989	598.104	582.971	578.612	567.469	561.207	553.122	**-8,57**
Rural	76.416	65.662	61.351	53.697	53.637	50.301	36.158	**-52,68**
Municipal (D)	1.549.902	1.545.480	1.551.404	1.536.890	1.509.903	1.498.132	1.507.319	**-2,75**
Urbano	910.314	918.470	927.604	920.035	907.128	905.866	903.923	**-0,70**
Rural	639.588	627.010	623.800	616.855	602.775	592.266	603.396	**-5,66**
Privado (E)	181.221	205.873	224.759	236.798	233.549	232.640	231.000	**27,47**
Urbano	178.198	202.862	221.043	232.731	229.581	229.086	227.772	**27,82**
Rural	3.023	3.011	3.716	4.067	3.968	3.554	3.228	**6,78**
Total (A)	**2.423.751**	**2.426.426**	**2.429.880**	**2.414.952**	**2.375.563**	**2.353.582**	**2.339.648**	**-3,47**

Fonte: Organização dos autores com dados do INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2011-2017.

Observa-se na tabela 01 que as matrículas na Educação Básica apresentaram decréscimo no decorrer da série histórica, em 3,47%. As matrículas são em sua maioria na rede pública municipal, correspondendo, em média, a 63,8% do total. A rede pública estadual é a segunda maior rede, reunindo, em média, 26,5% do total de matrículas, mas cuja dinâmica tendeu ao decréscimo no período observado. A rede privada representou, em média, 9,2% do total de matriculas e a dinâmica foi ascendente no mesmo período. O atendimento desta rede foi bem maior que o da rede pública federal com discreta participação no total de matriculas na Educação Básica, não ultrapassa 0,5%.

Os dados da tabela 01 mostram também que houve diminuição do número de matrículas do meio rural em todas as redes públicas, sendo: 3,87 em dependências federais; 52,68% na Estadual; e 6,66% nas redes municipais. No entanto, as matrículas da rede privada, apresentaram crescimento no decorrer de toda a série histórica, tanto no meio urbano (27,47%) quanto no meio rural (6,78%).

A tabela 02 apresenta dados de variação do número de matrículas por etapa e dependência administrativa.

Tabela 02 – Variação do número de matrículas na Educação Básica no Estado do Pará, por dependência Etapa/modalidade, no período 2011 – 2017

Etapa/modalidade/dependência	2011	2017	Δ 2011-2017	
			Matriculas	%
Educação Infantil	**260.600**	**306.557**	**45.957**	**17,64**
Pública	229.576	268.333	38.757	16,88
Privada	31.024	38.224	7.200	23,21
Ensino Fundamental	**1.536.205**	**1.454.390**	**-81.815**	**-5,33**
Pública	1.429.768	1.327.502	-102.266	-7,15
Privada	106.437	126.888	20.451	19,21
Ensino Médio	**352.602**	**359.127**	**6.525**	**1,85**
Pública	322.072	326.068	3.996	1,24
Privada	30.530	33.059	2.529	8,28
Educação Profissional	**21.922**	**40.068**	**18.146**	**82,78**
Pública	16.844	20.760	3.916	23,25
Privada	5.078	19.308	14.230	280,23
Educação de Jovens e Adultos EJA	**260.225**	**192.228**	**-67.997**	**-26,13**
Pública	251.728	177.419	-74.309	-29,52
Privada	8.497	14.809	6.312	74,29
Educação Especial	**20.978**	**38.840**	**17.862**	**85,15**
Pública	20.250	37.285	17.035	84,12
Privada	728	1.555	827	113,60

Fonte: Organização dos autores com dados do INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2011-2017.

Os dados da tabela 02 mostram que houve crescimento no número total de matrículas na Educação Infantil (17,64%) e no Ensino Médio (1,85%) e decréscimo no número de matriculas no Ensino Fundamental (-5,33%) no decorrer da série histórica. De 2011 a 2017, houve crescimento no número de matrículas em dependências públicas na Educação infantil (16,88%) e no Ensino Médio (1,24%) e diminuição no Ensino Fundamental. As matrículas nas dependências particulares apresentaram-se crescente em todas as etapas da Educação Básica: 23,21%, na Educação Infantil; 19,21%, no Ensino Fundamental; e 8,28%, no Ensino Médio.

Quanto às modalidades, as matrículas apresentaram movimento crescente considerável, tanto na Educação profissional (82,78%) quanto na Educação Especial (85,15%). Se por um lado o crescimento na modalidade Educação Profissional se deu pelo expressivo crescimento do setor privado (280,23%), de outro lado, o aumento das matrículas na Modalidade Educação Especial se deu pela participação a maior das redes públicas. Destaca-se a diminuição das matrículas na EJA, em 26,13%, em relação ao ano de 2011, em decorrência do decréscimo das matrículas em dependências públicas de (29,52%), haja vista que, o setor privado apresentou crescimento nessa modalidade de ensino.

Conclusões

As análises realizadas neste trabalho indicam três tendências centrais que sintetizam as variações na oferta da Educação Básica no contexto do Fundeb. A primeira grande tendência evidenciada é a diminuição das matrículas, provocadas especialmente pela

diminuição das matrículas no Ensino Fundamental e na Educação Profissional de dependências públicas. A segunda tendência diz respeito à redução das matrículas no meio rural, haja vista que apresentou-se decrescente em todas as dependências públicas, chegando a redução de 52% das matriculas da rede estadual entre 2011 e 2017 – tendência evidenciada por Souza, (2016) como resultante da política de nucleação das escolas do meio rural. A terceira grande tendência constatada refere-se à ampliação do setor privado em todas as etapas e modalidade da Educação Básica, com crescimento expressivo tanto na Educação Profissional, quanto na Educação Especial.

As tendências evidenciadas dialogam com a política de financiamento da Educação Básica questionando sobre os limites do Fundeb no combate às desigualdades, em termos de acesso. Nesta perspectiva, buscar refletir sobre mecanismos que possibilitem contrapor a diminuição das matrículas, vislumbrando melhorias no atendimento de educação de qualidade continua sendo uma necessidade.

Referências

GEMAQUE, R. M. O. A Proposta De Criação Do Fundeb E Sua Relação Com Os Estudos Sobre Os Impactos Do Fundef Na Educação Do Estado Do Pará **Jornal De Políticas Educacionais**. Vol. 1, N° 1. Pp. 21-39. Universidade Federal Do Paraná (Ufpr), Paraná, 2007. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/12939/8736. Acesso em: 20 out. 2018.

OLIVEIRA, M. L.; RODRIGUES, E. G.; SOUZA, M. L. **Efeito supletivo do Fundeb via complementação da União: análise das receitas e dos valores anuais por aluno efetivos (2007 a 2014).** Série Documental. Textos para Discussão 39. Brasília – DF: INEP, v. 40, 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/494006. Acesso em: 10 mai. 2019.

PERES, A. J. S. et al**. Efeito redistributivo intraestadual do Fundeb: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais dos municípios**. Série Documental. Textos para Discussão 40. Brasília – Df:: INEP, v. 39, 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Efeito+redistributivo+intraestadual+do+Fundeb+uma+análise+a+partir+de+variáveis+financeiras%2C+socioeconômicas+e+educacionais+dos+municípios/468a0f16-82a5-4f27-ae52-f985aed1f58e?version=1.4. Acesso em 10 mai. 2019.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

O Financiamento do Projeto Escola de Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino do Pará: estratégia de privatização

Nilene Fernandes Soares

Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), Ananindeua/PA – Brasil

Introdução

O texto apresenta os resultados da pesquisa de mestrado intitulada "O Projeto de Tempo Integral da Rede Estadual do Pará na Perspectiva do Financiamento" que investigou a relação entre a educação em tempo integral e o financiamento da educação pública. Tal projeto apresenta-se como resposta aos anseios da sociedade paraense pelo direito à educação de qualidade. A discussão a partir dos resultados da referida pesquisa engendrou o presente trabalho. Os resultados mostraram que as relações e influências do contexto macroeconômico de ajuste fiscal são determinantes na formulação das políticas educacionais e das diretrizes de políticas de financiamento para educação local, materializados em projetos que não contemplam recursos específicos ou muito reduzidos, inviabilizam a garantia de seus objetivos. Além disso, reforça uma concepção de educação que lhe nega a condição de direito imprimindo caráter de serviço, dado a abertura às parcerias público-privadas, revelando-se estratégia para privatização.

O objetivo geral ocupou-se em analisar as condições de financiamento do Projeto Escola de Tempo Integral da secretaria estadual de educação do Pará-SEDUC-PA no período de 2012 a 2015. De forma específica, buscou-se identificar e analisar as fontes, receitas e estratégias utilizadas para a viabilização financeira do Projeto Escola de Tempo Integral da Secretaria estadual de Educação do Pará-SEDUC-PA, no período de 2012 a 2015. O presente estudo *O Financiamento do Projeto Escola de Tempo Integral na rede estadual de ensino do Pará-Estratégia de privatização*, justifica-se pelo fato de possibilitar a análise quanto aos direcionamentos da política educacional executada pela Secretaria Estadual de Educação-SEDUC PA, na ótica do financiamento com a criação de programas e projetos que desvirtuam a proposta de educação enquanto direito, imprimindo caráter de serviço, ao abrir a operacionalização de sua proposta à parceria público-privada.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, e como instrumentos de análise os documentos orientadores da política nacional e local de educação integral, o balanço geral do estado nas subfunções da educação no período 2012 a 2015. A fonte principal do estudo foram os documentos. A análise dos dados resultou em dois eixos temáticos, discutidos em sessão seguinte.

Resultados e Discussão

1. O Financiamento da Educação de Tempo Integral da rede estadual de ensino do Pará: projeto ousado mas sem recursos

Com o propósito de identificar o financiamento específico para a educação de tempo integral da rede estadual de educação do Pará, direcionamos o olhar sobre o Projeto Escola de Tempo Integral, no período de 2012 a 2015, considerando as fontes, formas e volume de recursos destinados à educação neste formato, conforme tabela que segue:

Tabela 1 – Gasto aluno/ano da educação em tempo integral na Rede Pública de Ensino do Pará no período de 2012-2015 R$

Ano	Número de matriculas Tempo Integral	% Evolução das matriculas anual	Gasto Edu. Em Tem. Integral	% Gasto Em Tem. Integral	Gasto Aluno/ano Tempo Integral	% Gasto Aluno/ano Tempo Integral	Gasto Aluno/mês Tempo Integral	% Gasto Aluno/mês Tempo Integral
2012	1.879	100	95.949	100	51	100	4,2	100
2013	1.664	-11	55.647	-42	33	-34	2,8	-34
2014	1.737	4	11.007	-80	6,3	-81	0,5	-81
2015	2.121	22,1	56.937	41	26	326	2,2	322

Fonte: Filtro de matriculas SEDUC-PA, Valor gasto educação dos Balanço Geral do Estado de. 2012,2013,2014 e 2015

A análise da tabela nº 1 trata especificamente dos recursos para a educação no contexto do tempo integral e revela que o Projeto Escola de tempo Integral da rede estadual de educação do Pará configura-se em um *projeto ousado, mas sem recursos específicos.* Os dados da referida tabela quanto ao recurso considerado específico ao tempo integral mostra um valor do gasto-aluno muito reduzido o qual inviabiliza a garantia do que o projeto propõe; a qualificação da educação básica. Diante disso questiona-se: quais os determinantes das políticas educacionais neste formato? Inferimos que a referida proposta governamental *Projeto Escola de Tempo Integral* atende às determinações mais gerais, como as reformas de inspiração neoliberal empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC somados às influências dos Organismos internacionais, desencadearam sobre as unidades federativas ações de ajustes fiscais pautados na Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir da década de 1990, com a reforma de Estado e, sob a égide de novo gerencialismo, postulava ampliar o processo de reestruturação produtiva. Assim, a educação deveria adequar-se aos "novos tempos" e à reformulação do ensino público, com redimensionamento nos diferentes campos do sistema de ensino – legislação, planejamento, financiamento e gestão educacional – implementado na década de 1990. (HADDAD, 2008).

Diante do aparato legal em torno da Educação de Tempo Integral a exemplo do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) com meta específica e do FUNDEB (Lei nº 11.494/07) que prevê recursos ao tempo integral- o que explicaria o não atendimento das demandas financeiras com a educação pública? Verificamos que a política de ajuste fiscal conduz a políticas de financiamento, por sua vez segue a lógica de apenas redistribuir recursos com o suposto de que não precisa de mais recursos, mas de um bom gerenciamento, sustentando a ideia de que o problema da educação não é a falta de recursos, mas seu gerenciamento, o que decorre de uma intenção deliberada de que os gastos sociais precisam ser reduzidos, dentre estes o da educação. O que estaria por trás disso? Pressupomos a

garantia de caixa para pagar os juros da dívida pública. Conforme estudos de FATORRELLI (2016), dos R$ 2,572 trilhões executados do Orçamento Geral da União/Exercício 2016, 43,94% destinou-se a pagamento de juros e amortização da dívida, sendo que para a educação restou 3,70%. O quadro tende a agravar com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 em que se limitam os gastos públicos com as áreas sociais por um período de vinte anos. Trata-se de um projeto ousado em seus objetivos, mas sem dotação de recursos suficientes para tal, pois alinha-se a uma concepção de ajuste fiscal, gerencialista, com abertura à lógica do privado, elemento central desvelado com a pesquisa.

2. Parcerias Público-Privadas e Educação Integral na Rede Estadual de Educação do Pará

A lógica da parceria público-privada tem demarcado a política educacional do estado do Pará, mais precisamente o Projeto Escola de Tempo Integral da rede, dada a influência de organizações como CENPEC/ Fundação Itaú Social/ Instituto Natura- considerados parceiros. A pesquisa identificou a presença dessa parceria por meio da formulação do aporte teórico metodológico, resultando em um dos documentos considerados mais denso pela SEDUC-PA, O Plano de Educação Integral PEI, versão 2015/2017, referendado na fala “o CENPEC e Fundação Itaú Social trabalhou com a gente nas frentes de capacitação técnica e formação, subsidiando a construção de um plano mais consolidado de tempo integral”[1]. Assim, a parceria público-privada destaca-se na construção de propostas de educação integral no país, por meio de consultorias, subsidiando estados e municípios na estruturação de suas propostas de Educação Integral com implicações dessa relação para as políticas educacionais locais em especial as de natureza neoliberal. Observamos que “a propriedade permanece pública mas a direção do conteúdo das políticas é repassada para o setor privado” (PERONI, 2018, p. 40). A opção pela parceria com o privado alinha-se às determinações de caráter macroeconômico atendendo aos preceitos neoliberais, onde a lógica do privado é vista como mais eficiente e o papel do Estado deve ser minimizado no campo das políticas sociais com orientação à contenção de gastos, reforçando a ideia de que o problema não está na insuficiência de recursos, mas na falta de um bom gerencialismo.

Conclusões

O objetivo geral que orientou este estudo foi o de analisar os condicionantes financeiros da proposta de implementação do Tempo integral na rede estadual de educação do Pará-SEDUC-PA e as implicações disso no alcance do direito de todos à educação que se pretende de qualidade. Contudo, os recursos empreendidos para a educação neste contexto na série histórica 2012 a 2015, representam percentual insignificante no “bolo” dos recursos para a função educação, tendo como fonte, o mínimo constitucional. A implementação do Projeto Escola de Tempo Integral não representou criação de recursos novos, nem aumento dos gastos com a educação, além de não ter rubrica específica para essa demanda. Isso revela a forma como a política educacional local tem sido conduzida; criam-se programas sem ampliar recursos, sendo apenas reorganizados, focando o problema na questão gerencial, tem-se *um projeto ousado mas sem recursos*.

---

[1] Fala da representante da secretaria de Estado da Educação-SEDUC-PA, entrevista/pesquisa, 2017.

Outro indicador de análise foi a abertura à parceria público-privada. Na documentação coligida, encontramos a defesa recorrente dessas parcerias enquanto elemento para se alcançar a qualidade da educação paraense. Contudo, "O Estado, apesar de possivelmente aumentar sua participação em propostas de Educação de Tempo Integral/ ETI, desresponsabiliza-se desta oferta ao incentivar a participação de outros setores da sociedade" (MOTA; CARARO; COELHO, 2012, p. 84). Ressalta-se que o que está em jogo nessa trama de relações de consensos e dissensos não é o fenômeno em si, mas os arranjos como respostas às demandas sociais que culminam com a auto responsabilização do cidadão. Portanto, o Projeto Escola de Tempo Integral da rede estadual de educação do Pará, da forma como vem sendo implementada, gerenciada e financiada conduz e reforça, uma concepção de educação não como *direito,* mas como *serviço* e a serviço do capital, ao abrir sua operacionalização a parceria público-privada.

Referências

BRASIL, **Diário Oficial da União**- Seção 1- Emenda Constitucional, nº95, de 2016.Disponível em https://www2.camara.leg.br. Acesso em 07 de junho de 2017.

CARARO, Marlene F; COELHO, Paula C. A; MOTA, Cristina N. Políticas de Educação em Tempo Integral em tempos de parcerias público-privado. **Comunicações Piracicaba** Ano 19 n. 2, p. 75-88, julho-dez. 2012. ISSN eletrônico 2238-121X. Disponível em https://w.w.wmetodista.br/revistasvimep/index.php/comunicações/article/view/file/1061/109 Acesso em maio/2017.

FATORRELLI, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**: Experiências e Métodos. Maria Lúcia Fattorelli (Org.). Brasília: Inove Editora,2013.

_____.2016. Disponível: <http://www.auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 07 de junho 2017.

GEMAQUE, Rosana. M. O. Políticas de financiamento e direito à educação básica: o Fundef e o Fundeb. **Ser Social**, Brasília, v.13, n. 29, p. 90-112,jul/dez.2011.

HADDAD, Sérgio (Org). **1- A concepção do Banco Mundial sobre o desenvolvimento da educação. 2- A atuação do Banco Mundial na educação básica. Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez,2008.

PARÁ, Secretaria de Estado de Educação: minuta do Plano de Educação Integral para a Educação Básica,2015/2017 (versão preliminar). Belém-Pa.

PERONI, Vera Maria Vidal. O marco regulatório e as parcerias público privadas no contexto educacional. |**Práxis Educacional**, v.15, n. 31, p. 3857, jan/mar.2019.

SOARES, Nilene Fernandes. **O Projeto Escola de Tempo Integral da rede estadual do Pará**. Dissertação (Mestrado) PPGED- Universidade Federal do Pará, 2017.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

O Público e o Privado: a educação brasileira nos meandros do projeto neoliberal

Evanilde Silva da Costa
Natasha Souza Cardoso
Lennon Martins Pereira
Maria Edilene S. Ribeiro
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Resumo

O artigo objetiva discutir o estreitamento entre público e privado, no que tange aos investimentos na educação superior, aproximando o debate à realidade da Universidade Federal do Pará, levando em consideração o contexto de reformas neoliberais, a fim de explanar sobre a inserção do setor privado nas instituições públicas de ensino superior. O estudo originou-se de um recorte teórico advindo de estudos realizados no curso de Mestrado em Educação, no qual se utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Verificou-se que as parcerias público-privadas estão relacionadas com o plano de reformas da educação superior brasileira e representam a reconfiguração do papel das universidades públicas federais, bem como a desresponsabilização do Estado com este nível de ensino no Brasil, especialmente diante dos cortes orçamentários para estas instituições.

Palavras-chave: **Reforma do Estado. Parceria Público-Privada. Financiamento da Educação.**

The Public and the Private: brazilian education in the means of the neoliberal project

Abstract

The article aims to discuss the narrowing between public and private, regarding investments in higher education, bringing the debate closer to the reality of the Federal University of Pará, taking into consideration the context of neoliberal reforms, in order to explain the insertion of the private sector in public higher education institutions. The study originated from a theoretical cut from studies carried out in the Master's Degree in Education, from which the exploratory bibliographic research methodology was used as methodology. The analysis of the literature revealed that public-private partnerships are related to the Brazilian higher education reform plan and represents the reconfiguration of the role of federal public universities, as well as the state's lack of responsibility for this level of education in Brazil, especially in the face of budget cuts for these institutions.

Keywords: **State reform. Public-private partnership. Financing of Education.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

Os Percalços nos Caminhos da Pesquisa em Financiamento da Educação Especial

Marcia Maurilio Souza

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

Resumo

Tendo em vista os desafios da pesquisa em financiamento da educação no Brasil, em especial quando se refere ao financiamento da educação especial. Este trabalho tem como objetivo descrever o caminho metodológico de nossa pesquisa em financiamento da educação especial e analisar os percalços e dificuldades encontrados nessa trajetória. Utilizamos a abordagem qualitativa que nos permitiu cumprir com os objetivos de descrição e análise. Consideramos que as dificuldades em levantar documentos fidedignos, contradições e disparidades dos dados e informações percebidos quando confrontamos os documentos analisados, nos trouxe dúvidas e incertezas para a continuidade da pesquisa, o que nos levará a fazer escolhas tendo em vista uma maior assertividade na seleção dos documentos, na busca de novas fontes de informações oficiais que tragam dados precisos, mas sem deixar de investigar as contradições encontradas, no sentido de esclarecer as dúvidas, enriquecer a investigação e assim chegarmos aos objetivos determinados.

Palavras-chave: **Financiamento da Educação. Educação Especial. Metodologia de Pesquisa.**

The Setbacks in the Ways of Research in Special Education Funding

Abstract

In view of the challenges of research in education financing in Brazil, especially when it comes to the financing of special education. This paper aims to describe the methodological way of our research in financing special education and analyze the setbacks and difficulties encountered in this trajectory. We used the qualitative approach that allowed us to fulfill the objectives of description and analysis. We believe that the difficulties in obtaining reliable documents, contradictions and disparities of the data and information perceived when confronting the documents analyzed, has given us doubts and uncertainties for the continuity of the research, which will lead us to make choices with a view to a greater assertiveness in the selection of documents, in search of new sources of official information that bring accurate data, but without investigating the contradictions found, in order to clarify the doubts, enrich the investigation and thus reach the determined goals.

Keywords: **Education Financing. Special education. Research Methodology.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Relações Público-Privado no Financiamento da Educação

Parceria Público-Privada com o Instituto Natura na Formação Continuada dos Professores no Estado do Pará: análise do projeto Trilhas em Belém

Mary Jose Almeida Pereira

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Introdução

O trabalho tem como foco de análise a relação público-privada na formação continuada dos professores no município de Belém a partir do Projeto Trilhas do Instituto Natura.

A secretaria de educação de Belém desde 2015 fez parceria com o Instituto Natura, para realização do Projeto Trilhas de formação de professores para educação infantil e do ciclo de alfabetização. O Instituto Natura criado em 2010 é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- Oscip tem como objetivo apoiar projetos voltados à melhoria da Educação Básica da rede pública, no Brasil e na América Latina, que sejam pautados na eficácia da aprendizagem.

No Estado do Pará o Instituto Natura vem atuando nos 144 municípios, com parcerias para realização do Projeto Trilhas. Esse projeto teve início em 1995, mas, foi em 2011 que ganhou notoriedade ao ser reconhecido pelo Ministério da Educação como um projeto educativo eficaz para ser implementado como política pública, junto às metodologias e projetos de alfabetização nas escolas públicas.

Até 2016 os formadores iam às secretarias municipais e realizavam as formações com os professores e coordenadores, sendo que a partir de 2017 para maior alcance, transformaram a formação continuada a distância com um conjunto de materiais *on-line e off-line* (kit TRILHAS), ferramentas virtuais colaborativas e interativas de formação e orientações pedagógicas para o professor trabalhar matemática, escrita, oralidade e leitura em sala de aula.

O Instituto atendeu até 2018 mais de 160 mil professores cadastrados no Projeto Trilhas no Brasil, com formação para aprimorar as competências focados a alfabetizar todos os alunos até 8 anos de idade, para isso criaram uma matriz de competências visando avaliar a atuação do instituto no apoio ao desenvolvimento dessas competências. Em Belém atende cerca de 449 professores do ciclo 1 e estes recebem formação continuada com conteúdo que enfatizam o desenvolvimento da leitura, oralidade dos alunos.

O Instituto Natura tem parcerias com 44 instituições privadas que atuam diretamente com a área educacional no Brasil, segundo Peroni (2013), Peroni; Caetano (2018) tem se proliferado no Brasil institutos, organizações em rede articuladas de empresários ofertando aos estados e municípios parcerias em diversas áreas educacionais, dentro da lógica da pedagogia do sucesso. Considero ser uma tendência na formação dos professores neste século XXI, direcionada pelo princípio de mercado.

O aumento de empresas voltadas para a educação e sua inserção e influência no campo da formação de professores, é uma questão a analisarmos, uma vez que segundo Cóssio (2018), Caetano (2018) as empresas vêm interferindo na direção e nas políticas públicas no Brasil, cada vez mais tem assumido o controle tanto na construção de materiais didáticos, como na realização de metodologias inovadoras, e na formação dos professores.

Desse modo, buscar-se-á analisar a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Natura para realização da formação continuada dos professores da rede municipal, a partir do Projeto Trilhas e suas implicações para o trabalho docente, para a autonomia dos professores.

O Projeto Trilha no município de Belém visa segundo o Centro de Formação, potencializar a prática docente para o avanço da aprendizagem da leitura e escrita dos alunos do 1º ano do ensino fundamental e ressignificar a prática docente, causando impacto na aprendizagem e aumento da proficiência em matemática e português (PROJETO TRILHAS, 2015).

Nesta perspectiva, Peroni (2013) afirma que os Institutos têm assumido papel de consultores e promotores de inovações na educação utilizam de programas padronizados e replicáveis para os diferentes estados do país, com controle e monitoramento dos resultados, além de ter todo o material apostilados querem determinar no cotidiano da escola o que devem ou não ser priorizado.

O contexto atual de redefinição do papel do Estado fortaleceu as parcerias entre instituições privadas e escolas públicas, com a disseminação da educação gerencial em que o privado vem definindo o conteúdo do público, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos e de formação, o que em suma se configura uma “privatização por dentro da política pública, o que implica a democratização da educação como bem público” (PERONI, 2015, p. 343)

Portanto, a inserção do setor privado na formação de professores é uma vertente dentro de um processo de mercantilização da educação pública que merece destaque, haja vista que é a partir do professor que se torna possível disseminar os valores do setor privado para os estudantes, os pais e a comunidade escolar.

Metodologia

A pesquisa teve como aporte metodológico a abordagem qualitativa, uma vez que trabalhamos com o universo de significados, motivos e aspirações dos sujeitos. Esse conjunto de fenômenos “é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar sua ação dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2012, p. 21).

Os professores que participam do projeto Trilhas são parte dessa realidade social e escutá-los nos proporcionará, conhecer o sentido atribuído ao fenômeno da formação continuada realizada em parceria com uma empresa privada para depois submetê-lo a uma análise de interpretação e proposição.

Como técnica de análise das entrevistas e dos documentos utilizamos a análise de discurso. Epistemologicamente, a pesquisa qualitativa aceita o uso da análise de discurso,

baseada nos pressupostos da teoria social do discurso de Fairchlough (2016, p.93) na perspectiva da tridimensionalidade do discurso, do texto, a prática discursiva e social.

Assim, metodologicamente ainda estamos no levantamento bibliográfico e análise dos documentos. Para este resumo trouxemos os levantamentos e análises realizadas até o momento como pontos de reflexões e considerações.

Resultados e Discussões

Em face do exposto até o momento e das breves reflexões podemos considerar que há uma tendência na formação continuada no âmbito nacional que vem ao contrário do que almejamos como proposta de melhoria para esses profissionais, tendência de formação denunciadas por Camargo (2012), Camargo e Maués (2012), Veiga (2012), Pérez Gomez (1998), que se centra na formação dentro de uma racionalidade técnica, pragmática, uma formação aligeirada que tenderá cada dia mais a desqualificação social e econômica da profissão docente e o consequente desprestígio e desvalorização dos professores.

Constata-se a partir da formação do projeto trilhas uma orientação pedagógica instrumental do ato de ensinar, que privilegia o que chama de conhecimento útil ao mercado, e o professor como um mero transmissor de um conhecimento para efetivar as propostas pensadas e organizadas pelos intelectuais do Instituto Natura.

Outro ponto para reflexão é o interesse de empresas na realização da formação continuada de professores com seus respectivos institutos voltados a estados e municípios para melhoria da qualidade do ensino público como constaram Peroni (2013), Adrião et al (2016), Caetano; Peroni (2014), entretanto, a efetivação da relação pública- privada para a formação dos professores tem-se efetivado cada vez mais uma formação focada na prática do professor, e podemos anunciar que uma das contribuições desse estudo será essa análise mais fundamentada e articulada das formações desses institutos focada a um enaltecimento das competências e do imediatismo, restrita a um contexto de sala de aula.

Constatou-se uma questão imbricada no projeto Trilhas, voltado a autonomia do professor no seu fazer pedagógico diário diante as parcerias com o instituto, uma vez que já disponibilizam todos os matérias didáticos que os professores irão trabalhar com os alunos, o professor não participa ao mínimo da pauta e das escolhas dos conteúdos dessa formação, não elabora mais suas provas, não faz o seu planejamento, não escolhe os textos, posto que já vem tudo selecionado e organizado pelos institutos que já disponibilizam os materiais para o trabalho do professor.

Portanto, lutamos por uma formação continuada capaz de dar subsídios teóricos e práticos aos profissionais da educação com condições de compreender os processos sociais e de relacioná-los ao contexto de sua atuação profissional, e com isso superar a visão utilitarista, focada apenas em preparar profissionais para atender as necessidades imediatas do trabalho, além de considerarmos as perspectivas de efetiva contribuição e apoio ao trabalho dos professores da rede municipal de Belém, bem como a de sua defesa como um direito.

Referências

ADRIÃO, Thereza et al. Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. Relatório de pesquisa,** 2016.

CAETANO, Maria Raquel. Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 1, p. 120-131, jan./abr. 2018.

CAMARGO, Arlete Maria Monte; MAUÉS, Olgaíse Cabral. Marcos regulatórios na política de formação e valorização docente pós-LDB. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, jan. / abr. 2012.

CAMARGO, Arlete Maria Monte. *et al*. Perfil, Condição e formação docente na educação básica no Pará. In: MAUÉS, O. C.; CAMARGO, A.; OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs). **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria V. Relações entre o público e o privado e a formação de professores no programa jovem de futuro do instituto Unibanco. **Revista Ambiente e Educação**. São Paulo Vol. 7,nº 2 set/dez, 2014 - 537-51.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, jan.-abr. 2018

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2016.

MAÚES, Olgaíse Cabral. A agenda da OCDE para a educação: a formação do professor. In: DIRCE, M.F; GARCIA, S.C. (Orgs.) **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas: Alínea, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PERONI, Vera Maria; CAETANO, Maria Raquel. O Público e o Privado em educação. Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PERONI, Vera Maria (org.) **Redefinição das fronteiras entre o público e o privado:** implicação para a democratização da educação. Brasília: Líber Livro, 2013

PÉREZ GOMEZ, Angel. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GOMEZ, Angel. (Orgs). **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PROJETO TRILHAS, 2009. **Programa Crer para ver, natura Cosméticos.** Disponível: https://www.portaltrilhas.org.br/ Acesso em 22. Set. 2017.

RELATÓRIO ANUAL INSTITUTO NATURA 2016: **educação que transforma: como atuamos**, 2017. Disponível em: http://www.institutonatura.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Relatorio2016_InstitutoNatura_Digital-2.pdf . Acesso em 15 de Set. 2017.

RELATÓRIO ANUAL INSTITUTO NATURA 2018: Disponível em: http://www.institutonatura.org.br/. Acesso dia 11 de junho de 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência como atividade profissional**.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D´ÁVILA, Cristina Maria. (Orgs). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2012.